

ENTREVISTA

DENISE BERNUZZI DE SANT'ANNA

Professora livre docente da PUC-SP, pesquisadora 1-C do CNPq com doutorado em História das civilizações ocidentais na Universidade de Paris VII e pós-doc na EHESS. Tem vários livros publicados sobre a história da saúde e do corpo.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3613-9322>

MARIZA ROMERO

Possui graduação em História - Universite de Paris VII - Universite Denis Diderot (1975), mestrado em História - Université de Paris X, Nanterre (1976), mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009).

Realizada em 8 de julho de 2022 com as professoras Maria Paula Diogo, da Universidade Nova de Lisboa e Ana Simões, da Universidade de Lisboa.

Recebido em: 27/09/2022

Aprovado em: 03/10/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2022v75p327-339>



Coordenada pelas historiadoras portuguesas Maria Paula Diogo e Ana Simões, a coleção *Ciência, Tecnologia e Medicina na construção de Portugal*, foi publicada pela editora Tinta da China, em 2021. Uma abordagem inédita e original na historiografia portuguesa, organizada em quatro volumes: o primeiro deles intitula-se *Novos horizontes* e abarca os séculos XV, XVI e XVII; o segundo engloba o século XVIII e leva o título *Razão e Progresso*; o terceiro, *Identidade e “missão civilizadora”* situa-se no século XIX; o quarto, *Inovação e contestação*, centra-se no século XX. A obra desmonta clichês e desconstrói diversas ideias feitas sobre a história da produção científica e tecnológica. Os volumes reúnem numerosos autores e temas, abrindo espaço tanto para acontecimentos e personagens célebres quanto para aqueles pouco estudados. As coordenadoras integram o Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia – CIUHCT (FCUL-FCT- Universidade Nova de Lisboa) e possuem uma longa e sólida trajetória de investigação sobre o tema. A entrevista foi realizada remotamente, em julho de 2022.

Mariza e Denise: Gostaríamos de ouvi-las sobre a concepção de História da Ciência que vocês tinham em mente ao organizar e dirigir esses quatro volumes, assim como os principais desafios enfrentados durante o trabalho.

Ana Simões: Quando nos encontramos - e muito antes de pensarmos obviamente em realizar essa coletânea - nossa ideia era tentar criar uma *comunidade profissional de historiadores das ciências*, que dialogasse nacional e internacionalmente. Sabia-se muito pouco sobre a história das ciências em Portugal. Ainda existia um predomínio de trabalhos interessados em uma história mais descritiva, intelectual e internalista, até porque, várias vezes, os autores eram cientistas de formação. Embora nós tivéssemos vindo de áreas diferentes e tivéssemos tópicos de estudo muito diversos, a ideia foi sempre a de conhecer os nossos arquivos e o nosso passado. No meu caso, e também no caso da Paula e da nossa colega Ana Carneiro, tal perspectiva relaciona-se a um contexto de projetos internacionais que surgiram nos anos 90 e que tinham uma dupla função: por um lado, encontrar sinergias e tentar perceber como é que em países da

dita periferia europeia - Portugal, Espanha e Grécia - era possível criar e consolidar comunidades de historiadores das ciências que pudessem falar a mesma língua da comunidade internacional, mas que também pudessem trazer à esta mesma comunidade Internacional temas diferentes. Nós nos sentíamos um tanto quanto sozinhas, isoladas em nossos respectivos países e queríamos, por um lado, arranjar uma forma de estimular uma comunidade de jovens historiadores a entrar na área e, por outro, dar-lhes os utensílios metodológicos para o fazerem. Portanto, tratamos de mostrar a pluralidade de diversos contextos, dentro de uma perspectiva da história social e cultural e, desse modo, enriquecer o *corpus* da bibliografia internacional e, ainda, eventualmente reescrever a história das ciências a qual, apesar de todas as orientações da história social e cultural, da diversidade de atores e localizações das redes, ainda assim, privilegiava alguns centros. Contudo, a Europa não é um bloco homogêneo, portanto, nós devíamos olhar para a sua diversidade e perceber-la como uma força.

M.Paula: No início, quando começámos a trabalhar em conjunto, lembrei-me da descrição de Voltaire, quando ele fez o *tour* pela Europa e, ao aproximar-se da Espanha, afirmou que ali começava a sentir o cheiro da Inquisição e da barbárie. Ora, conforme a Ana indica, quando se olha para a questão Europeia de uma forma monolítica não só se perde muito do que é feito em termos europeus, mas perde-se também as colaborações e as tensões geradas no interior da própria Europa. Além disso, quando falamos do Império português obviamente que ele é completamente distinto do Império britânico; portanto, quando mencionamos problemas como os centros e periferias imperiais, as questões são completamente diversas. Tínhamos portanto o interesse de mostrar que a dimensão local e a dimensão dos centros e periferias podem ser percebidas de formas diferentes. Obviamente que em relação às suas colónias, Portugal era um centro, no entanto, em relação à Europa, Portugal era uma periferia. Portanto, ao delinear a nossa agenda científica, interessava-nos essas duplas e às vezes triplas identidades. Além disso, em 2007, quando criamos o CIUCHT - que resultou da fusão de dois centros de investigação, um na minha faculdade e outra na faculdade da Ana Simões - aquela agenda já era bastante clara. Postular uma universalidade da ciência, da linguagem e das

práticas científicas não fazia sentido. Isto porque consideramos que aquilo que é feito em determinado contexto precisa ser interpretado nesse contexto para depois estabelecer as relações com o exterior, o que muitas vezes fornece um caris de universalidade. Ou seja, trata-se realmente de pensar no historiador e em valores, não em termos abstratos mas sim em termos de práticas históricas. No meu caso, eu vinha da história da tecnologia, que tem um contexto mais social e económico do que a história da ciência, e isso por omissão, pois grande parte dos historiadores da tecnologia é claramente contextualista. Aliás, a revista que apoiamos tem em seu nome tecnologia e cultura ("*Technology and Culture*"). Embora as nossas colegas Ana Isabel e Ana Carneiro não viessem da história, nós discutimos conjuntamente em termos historiográficos e de *longue durée*, discutimos muito as circulações e o que era fazer história da ciência e da tecnologia, considerando eventualmente temas portugueses, mas sem colocar Portugal num gueto e, ainda, sem cair em uma narrativa heroica sobre a expansão portuguesa. A nossa participação anterior em várias redes e em projetos internacionais nos forneceu a bagagem necessária para comparações com outros casos, como o espanhol, o grego, e ainda o russo, pois tínhamos vários colegas que trabalhavam sobre o Império russo. Nossa experiência com redes internacionais também nos mostrou que a Europa existe como um *espaço de confronto e um espaço de colaboração*. Desse modo, ao trabalharmos sobre o século XVIII, encontramos um tipo de *geometria de confronto e ou de colaboração*; mas se formos para o século XX, teremos outra geometria. De fato, fomos seguindo sempre esta orientação e é óbvio que no começo não tínhamos o percurso completamente definido, mas tínhamos bastante claro como queríamos tratar todo o tema e como é que nos interessava fazer história da ciência e da tecnologia. Essa clareza foi talvez o sedimento que nos fez trabalhar muito afincadamente em conjunto. Houve dificuldades, por exemplo, nem sempre se aceitava facilmente que Portugal pudesse ser um caso interessante para a Europa, o que nos fez aprender bastante sobre a questão dos centros e periferias. Portanto a própria prática do historiador foi elucidativa em muitos momentos sobre o que é a história da ciência europeia para os nossos pares.

Ana Simões: Há vários exemplos para mostrar que, apesar das décadas passadas, desde o início da nossa caminhada até atualidade, o problema se mantém: quando se trata de publicar textos sobre cientistas portugueses em revistas internacionais ainda há dificuldades, deparamo-nos com assimetrias, problemas que certamente o Brasil também enfrenta e que estão centrados em ideias pré-concebidas sobre centros e periferias. Ora, existiram cientistas que não foram “os grandes gurus” e que no entanto tiveram a sua importância. A Paula está recordada, do projeto Prometheus e de quando realizamos o estudo sobre os estrangeirados – conceito que portugueses e brasileiros conhecem muito bem. Mas, do ponto de vista da historiografia portuguesa, há os estrangeirados e há os castiços, portanto, os historiadores portugueses sentiram necessidade de dividir os atores do passado entre: aqueles que olhavam para lá dos Pirineus e aqueles que estavam para cá dos Pirineus. Havia, portanto, uma grade valorativa na qual, aqui estariam os atrasados - que querem um Portugal fechado sobre si mesmo - e os outros, que seriam os iluminados. Tendência muito redutora, pois obviamente as coisas não se colocam dessa maneira.

M. Paula: Em prosseguimento ao que a Ana disse, nós também tivemos uma dificuldade que ainda hoje, em parte, sentimos: como há essa grade um pouco maniqueísta, muito valorativa sobre o que está bem feito ou o que não é bem feito, nós tínhamos em Portugal a ideia de que, na historiografia contemporânea, o Estado Novo era um regime essencialmente ruralista. Na história econômica começou-se a ver que, de fato, há uma retórica ruralista, mas, na verdade, o Estado Novo português tem um forte componente industrialista, que passa por um conjunto muito pequeno de famílias ligadas ao regime. Há portanto uma aristocracia do Estado Novo digamos assim, que não é rural e sim industrial. Associada a isto, havia uma outra ideia feita: como o Estado Novo foi um regime autoritário e como era de cariz ruralista, não se fazia ciência nem tecnologia e nem medicina; como se não houvesse cientistas nem engenheiros porque eles não possuíam uma agência. Este foi um problema com o qual nós tivemos que lidar porque estudamos o século XVIII, o século XIX e depois tivemos a República. Esta última não oferecia problemas, pois em termos de historiografia portuguesa ela foi a oposição ao Estado Novo, como se ela fosse boa e somente nela houvesse engenheiros,

cientistas e médicos. Assim, nós resolvemos fazer a história dos engenheiros, dos cientistas e dos médicos, considerando que grande parte deles atuaram entre a República e o Estado Novo, muitas vezes tendo ligações diferenciadas num lado e no outro. Além disso, as instituições eram exatamente as mesmas. Na Espanha temos vários colegas a trabalhar este tema. Trata-se portanto de desmontar os conceitos de centros e periferias, assim como o pressuposto de uma ausência de ciência e tecnologia muito relacionada à ideia de transmissão de uma ciência como uma *prática universal* que, nesse caso, tem um sinal de igual em relação aos centros. Portanto, se nós vamos à procura desse tipo de realidade das periferias, de facto ela não existe; o problema não é da realidade o problema é nosso; nós é que temos de ir à procura de outras coisas, com outros utensílios, para conseguir perceber então o que é que se faz nas ditas periferias. Não se faz exatamente como na Royal Society, com certeza que não. Mas então, o que é que se fazia, por exemplo, na Academia das Ciências em Portugal? É essa visão que nós tentamos precisamente imprimir nos volumes dessa coleção.

Mariza e Denise: Além da coletânea resultar de trabalhos anteriores, houve uma pesquisa importante sobre conceitos, como aquele de apropriação, essencial para compreender a realidade do que foi chamado de centro e periferia. Mas também houve a necessidade de conhecer cientistas e engenheiros mal conhecidos, atores históricos pouco valorizados, correto?

Ana Simões: Sim, existem biografias incríveis de personagens mal conhecidos, que têm uma parte substancial das suas vidas nas áreas da ciência ou da tecnologia. É quase impossível falarmos do século XIX português, do liberalismo e da regeneração, sem falar em engenheiros, por exemplo. Mas a verdade é que as histórias mencionam Fontes Pereira de Melo, entre outros, mas a sua formação, assim como as agendas dos engenheiros, tendem a aparecer de modo diluído. E, às vezes, essa lacuna acontece até mesmo em relação a personagens relativamente bem estudados. Daí a necessidade de *salvar do anonimato* todos os que não tinham as diferentes facetas de trabalho conhecidas e que podiam ter sido relevantes. Nesse sentido, quando construimos a agenda para o nosso

Centro de Investigação, nos o fizemos em torno da tríade: *apropriação* - para chamar a atenção da criatividade que qualquer processo de apropriação tem independente de ser ou não ser uma grande descoberta; *circulação* - incluindo os diferentes atores que são importantes na mediação da circulação, sem querer eliminar ou afirmar que eles têm todos a mesma agência, ou a mesma maneira de falar e de serem ouvidos; e, enfim, a questão da *inovação* - tendo em vista que algo pode ser novo sem ser inovador. Trata-se, portanto de pensar a reutilização e a apropriação, assim como de repensar, reutilizar ou adaptar. Essas matrizes em conjunto nos orientaram no trabalho no CIUCHT, mas também na organização dos volumes da coletânea.

M. Paula: Não sei bem como é no Brasil mas, em Portugal, a história política é forte. Há historiadores muito bons e representativos nesse domínio. A história económica também é forte. Portanto, os grandes atores históricos tendem a ser vistos precisamente a partir dessas duas perspectivas. Por exemplo, durante o século XIX, após a Restauração de 1850, os governos e os parlamentares portugueses foram constituídos em sua maioria por engenheiros. Isto porque, na realidade, eram eles que ocupavam grande parte dos cargos de todos os governos. Devido a agenda da Regeneração, que se baseou nas obras públicas, obviamente que os engenheiros tornaram-se de fato uma classe fundamental, não apenas do ponto de vista da agenda do Estado mas também a partir do que era considerado o progresso. Contudo, aqueles engenheiros eram normalmente vistos apenas como parlamentares. Ou seja, o facto de eles serem engenheiros era apagado, em favor da sua persona política, como se aquilo que eles pensassem politicamente não se devesse ao facto de eles serem engenheiros.

Mariza e Denise: Na África, eles também foram fundamentais, não?

M. Paula: Sem dúvida, eu estudei a Associação de Engenheiros Civis Portugueses que é a primeira associação de engenheiros não militares. E, desde o princípio, há uma agenda extremamente clara sobre como eles podem ser considerados uma classe profissional crítica em termos do design político português. Portanto, eles têm evidentemente uma agenda. Contudo, do ponto de vista histórico, essa agenda foi completamente

apagada porque, como a Ana estava a dizer, eles são vistos segundo um ponto de vista parlamentar, para saber, por exemplo, se eles eram do partido regenerador ou do progressista, ocultando todo o resto. Isso explica fenômenos de grande continuidade, como por exemplo o rotativismo em Portugal. Eles estavam todos na associação dos engenheiros civis portugueses e faziam parte da direção, portanto a sua agenda estava extremamente impregnada da sua persona política. Mas como a lente de análise era a história política tudo aquilo que não estava nessa lente ficava desfocado e não interessava. *Portanto o que nós tentamos fazer muito fortemente foi mudar a lente, e vê-los do ponto de vista da ciência, da tecnologia e da medicina.* É o que temos tentado fazer ao longo desses anos. Parece-nos extremamente importante este trabalho, juntamente com a experiência de revisitar os centros e periferias, até porque entramos num diálogo com a chamada história global, com a qual nós enfim concordamos em alguns aspetos e em outros nem tanto. Temos também tentado usar conceitos que não estavam tão dentro da história da ciência e da tecnologia, mas que nos parecem bastante interessantes, nomeadamente o de hegemonia e alguns conceitos de Gramsci, o que possibilita também dialogar por exemplo com os chamados Estudos Subalternos. Portanto é sempre muito relevante ir mudando e ajustando a lente de análise. Trata-se de manter a fruição da história da ciência e da tecnologia como algo interessante para compreendermos a história portuguesa, a história europeia e, obviamente, a história da Europa nas suas relações com o mundo.

Mariza e Denise: De fato, a história da ciência, como outras histórias, está em contínua construção; um aspecto importante da coletânea é o de dar a oportunidade para refletir sobre participação de diferentes saberes, uma vez que, para os países que foram colonizados, é necessário superar a ideia da plena submissão ou de uma imposição total de alguns saberes. Há conflito entre esses saberes mas também há trocas.

M.Paula: Nós temos estudado mais a questão Africana do que o Brasil mas, de qualquer forma, existe a questão sobre a capacidade dos impérios de impor a mundividência europeia. O que nos leva precisamente à ciência e à técnica, assim como à uma epistemologia com um caráter mundial. Ou seja

uma pessoa vai para a África hoje e encontra problemas relativos às infraestruturas, aspectos da imposição de um modelo que continua a ser europeu. Daí questionarmos até que ponto nós passamos de um modelo europeu para uma análise mais global, que tem a ver com o desenvolvimento do capitalismo industrial, sistema este obviamente global, e que nesse sentido se impõe pela própria globalização. Portanto, principalmente após o século XIX, trata-se de saber como o próprio sistema e os vários países e zonas do globo vão sendo incorporados à uma matriz supranacional e “suprageográfica”. Trata-se de pensar essas tendências não exatamente como boas ou más, mas em termos da própria eficiência do sistema no qual todos nós estamos nesse momento incluídos. Isso tem muito a ver precisamente com as vozes das periferias. Na realidade, essas questões nos levam muito a interrogar a construção e o conceito de uma hegemonia, ou seja, aquela capacidade de levar a crer que um determinado sistema (incluindo uma forma de pensar o mundo e de explorar os recursos), seria o melhor. Assim, trata-se de pensar o que nós podemos fazer dentro dessa situação. Essas tendências nos interessam pois elas interrogam também o papel dos saberes que não são englobados naquele tipo de mundividência. Portanto, como é que nós agimos em relação a esses saberes não incorporados? Por exemplo, nós sabemos que os ingleses, em relação aos saberes tradicionais indianos, fizeram uma espécie de amálgama muito diferente daquela que podia ser feita, por exemplo, na África. Se olharmos para a Índia quando ela se torna independente, vemos que os saberes tradicionais foram incorporados sim, mas numa lógica de subalternidade. Ou seja, o Neru manteve os saberes tradicionais, mas aquilo que fez com que a Índia se tornasse importante mundialmente foi a construção de barragens, assim como um sistema elétrico nelas baseado, além da energia nuclear, etc; ou seja, na realidade os saberes estão todos presentes mas há uma hierarquização. Em nosso trabalho, estamos interessadas nessa hierarquização entre os saberes. Não é por acaso que quando Neru inaugurou uma das principais barragens, ele afirmou: “são os novos deuses da Índia”. Na realidade, a integração da Índia ao sistema mundial económico é que nos interessa investigar, perceber as apropriações, assim como a circulação dos saberes. Esse caminho nos fornece as dimensões de como funcionam as hierarquias.

Mariza e Denise: sobre a circularidade, estudada por exemplo por Kapil Raj, há, contudo, especificidades quando analisada em sociedades que já possuem uma história milenar, com uma escrita estabelecida, tal como a Índia, ou aquelas que possuem uma cultura técnica estabelecida. O conceito de circularidade pode colocar algumas dificuldades em seu uso?

Ana Simões: Nós temos tido algumas discussões porque nunca conseguimos fazer entender ao Kapil Raj que quando estamos a falar de centros e periferias não são os centros e periferias de Georgs Basalla. Também não se trata de uma periferia que recebe acriticamente os saberes, como uma dádiva dos céus, e que os utiliza seguindo um protocolo já escrito, inalterado, e que vem de um centro. Portanto, nós tentamos explicar muitas vezes que não era assim e que nós fazemos uma coisa complicada que é manter algumas designações mas dar-lhes um novo cunho. Não havia forma de fazer isso de outra maneira. Porque no fundo esta questão da circulação tem, muitas vezes, por trás, a ideia de que todos os nós do trajecto circulatório teriam o mesmo estatuto, seriam todos iguais. Ocorre que, às vezes, há mais circulação no sentido de circulação mesmo mas, noutras vezes, o caminho não é tão claramente circulatório. Em qualquer uma das circunstâncias parece-nos (e isto é um pouco a diferença que temos com alguém como o Kapil Raj, embora ele depois, comece a ver que nem todos os espaços de circulação são iguais, aliás, se eles fossem todos iguais não falávamos em espaços de circulação, falaríamos no singular) que este é o nosso problema, nós achamos que realmente há uma interação, a apropriação mostra isso mesmo, mostra que embora possa haver inicialmente uma rota que vai do lugar A ao lugar B, este último não recebe as influencias acriticamente: ele escolhe o que quer receber e adapta, molda segundo os seus interesses e às suas exigências, típicas do contexto local. Portanto, por um lado, há a ideia de que existe a apropriação, mesmo que ela comece num ponto, vá para o outro e depois continua o seu trajeto; ela é criativa e nesse sentido o fenómeno é criativo e a agência das pessoas que estão a receber é absolutamente incontornável. Por outro lado, é certo que nessa dinâmica nem todos os atores e nem todos os locais têm uma agência semelhante, daí a questão da hegemonia. Interessa-nos perceber o que é

que faz com que num determinado instante certas regiões ou certos atores sejam hegemônicos de maneiras diferenciadas.

M. Paula: A circulação existe em contextos específicos. Na Europa, por exemplo, a circulação ocorreu entre elites específicas. No caso imperial, houve a pressa em formar as elites coloniais. E as elites coloniais locais poderão ser críticas, o que é muito claro, aliás, no Brasil. O mesmo ocorreu na África. No caso português, se tivermos em conta o ritmo de desenvolvimento do colonialismo que foi relativamente lento, percebe-se o interesse em fazer os chamados cursos de extensão universitária na África e que tem muito a ver com a necessidade premente de criar as elites coloniais locais. A formação dos quadros locais assegurou a transmissão da hegemonia. Se elas já existiam, como foi o caso indiano, melhor. Caso contrário, era preciso criá-las. E o caso brasileiro foi, aliás, um caso muito claro, ainda no século XVIII.

Mariza e Denise: Pensamos nos problemas em relação aos usos da natureza no Brasil e, ainda, à situação dos indígenas e conclui-se que, diferente de uma circularidade, houve e ainda há, de fato, uma grande destruição. O que nos leva a pensar nos desafios e nos significados do antropoceno, tema que vocês também trabalham. Poderiam falar um pouco sobre este campo do saber?

M. Paula: Já participamos de eventos nos quais o antropoceno era abordado de modo a-histórico, como se a *tecnosfera* possuísse uma autonomia. Diferente disso, nós acreditamos que as escolhas são feitas e que não há um determinismo tecnológico. Na realidade, as tecnologias fazem parte ou de escolhas da sociedade ou de escolhas que são impostas a partir de uma infraestrutura econômica e política; elas não têm uma vida própria. Além disso, em termos de economia-mundo, o capitalismo industrial explora os recursos do planeta e o faz mesmo que seja necessário destruí-lo. Tudo se passa como se fosse possível destruir este planeta e depois, eventualmente, ir para outro planeta. Hoje, aliás, vemos de que maneira o interesse na exploração da lua e de Marte relaciona-se com a exploração dos recursos. Mas este “nós exploradores dos recursos” engloba um conjunto que podemos identificar e, portanto, o que defendemos é um *antropoceno com uma forte componente político e económico* - um trabalho no qual

participamos juntamente com os demais colegas do CIUCHT. Um trabalho interessado em chamar a atenção, primeiramente, para o fato do conceito de antropoceno ser profundamente histórico. Daí o nosso interesse em perceber pelo menos três aspectos: quando ele começa a aparecer, o que é a exploração completamente descontrolada de recursos e, ainda, para quê ela é feita. Acreditamos que não existe uma inevitabilidade cósmica que levaria os seres humanos a destruir o planeta; existe um sistema que o faz e nós precisamos analisá-lo, alimentado uma intervenção ao mesmo tempo ativa e ativista. Na realidade precisamos perceber como uma parte do discurso sobre a exploração dos recursos fala em nome de um “nós”, como se fossem todos, retirando, desse modo, a responsabilidade de atores específicos. Isso é extremamente perigoso e o nosso trabalho tem vindo acusá-lo. Há também o conceito de crise, utilizado em certas circunstâncias como se fosse algo que existe por si mesmo, como se não existissem culpados ou responsáveis. Enfim, nós trabalhamos muito na perspectiva histórica para identificar os responsáveis pela situação na qual nos encontramos atualmente. A exploração dos recursos não é uma espécie de maldade natural ou uma espécie de maldição dos seres humanos, mas sim a consequência de um regime. E este regime nós podemos mudar ou não. Obviamente que somos historiadores e sabemos que as coisas mudam muito devagar, mas precisamos analisar o sistema para perceber como ele funciona e quais são as contra medidas possíveis a serem tomadas. Por exemplo, quando vocês falaram dos indígenas é precisamente essa a situação; lembro-me, aliás, do célebre problema dos alquimistas na Idade Média: eles não eram perseguidos por fazer experiências, mas porque as experiências mostravam que existiam coisas desconhecidas e era possível mudar. Em relação aos indígenas, recentemente, em uma entrevista para o jornal português “Expresso”, Ayrton Krenak chama a atenção para a existência de duas possibilidades: há muitos jovens que querem se formar em medicina e, ao mesmo tempo, conservar raízes. Ocorre que, atualmente, conservar raízes representa um obstáculo à exploração da Amazônia. Na verdade, penso que não precisamos ter todos a mesma mundividência e que cada grupo social tem o direito de ter a sua, mas, obviamente, respeitando-se mutuamente. Aliás, pergunto-me como é que se pode conjugar um sistema nacional de saúde ou um plano de vacinação típico do nosso mundo com sociedades

que não acreditam nesse tipo de operacionalidade científica? Quais são os nossos direitos de imposição ou de não imposição? Na realidade, a nossa mundividência científica tem uma grande capacidade de criar hegemonia, mas ela deve poder coexistir com outras formas diferentes de mundividência que devem continuar a existir. Seria preciso haver um certo equilíbrio mundial, econômico e político, que, no entanto, está longe de acontecer. Aliás quando se começa a discutir os direitos à Lua, pois há partes dela que já estão alocadas para determinados países que visam à exploração de minérios, percebe-se como funciona o movimento da exploração dos recursos e, também, para onde são destinados os financiamentos. Ora, esses programas, incluindo aqueles da exploração de Marte, são obviamente preocupantes.